



Mundo Agrario

E-ISSN: 1515-5994

mundoagrario@fahce.unlp.edu.ar

Universidad Nacional de La Plata

Argentina

Ramundo Staduto, Jefferson Andronio; Alves do Nascimento, Carlos; de Souza,
Marcelino
Ocupações e Rendimentos de Mulheres e Homens nas Áreas Rurais no Nordeste do
Brasil: uma análise para primeira década do século XXI
Mundo Agrario, vol. 18, núm. 38, agosto, 2017, pp. 1-18
Universidad Nacional de La Plata
Buenos Aires, Argentina

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84552931005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Mundo Agrario vol. 18, n° 38, e056, agosto 2017. ISSN 1515-5994
 Universidad Nacional de La Plata.
 Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.
 Centro de Historia Argentina y Americana

Ocupações e Rendimentos de Mulheres e Homens nas Áreas Rurais no Nordeste do Brasil: uma análise para primeira década do século XXI ¹

Occupations and Earnings of Women and Men in Rural Areas in Northeastern Brazil: an analysis of the first decade of the twenty-first century

Jefferson Andronio Ramundo Staduto *, **Carlos Alves do Nascimento ****,
Marcelino de Souza ***

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil, ** Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, ***
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil | jefferson.staduto@unioeste.br, can@ie.ufu.br,
marcelino.souza@uol.com.br

PALAVRAS CHAVE

Ocupação rural
 Renda rural
 Agricultura familiar
 Mulher
 Gênero
 Demografia rural
 Brasil

RESUMO

Este trabalho examina as ocupações e fontes de renda de mulheres e homens das famílias das áreas rurais na região Nordeste do Brasil, 2002 a 2009. Foram feitas estatísticas descritivas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Os resultados mostraram que o número de famílias dessas áreas cresceu, mas de agricultura familiar reduziu. Verificou-se a intensa redução das ocupações agrícolas e o aumento da proletarianização das famílias rurais. A ocupação não agrícola foi um importante locus para as mulheres gerarem renda. A maior fonte de renda das famílias é oriunda das ocupações agrícolas dos homens; e as transferências sociais são as maiores fontes para as mulheres

KEYWORDS

Rural occupation
 Rural income
 Agriculture family
 Women
 Gender
 Rural demographics
 Brazil

ABSTRACT

This paper aims to examine the occupation and income sources of women and men living in rural areas in the Northeast of Brazil, 2002 to 2009. The data were analyzed by descriptive statistics of the National Survey of Household Samples. The results show an increase of rural families in these areas, but a reduction of the family farmers. There was a drop in agricultural occupations and an increase of rural households' proletarianization. The non-agricultural occupation was an important locus for women to generate income. The largest source of household income for men comes from agricultural occupations, and the social transfers are the largest sources to women.

Recibido: 8 de junio de 2016 | Aceptado: 13 de julio de 2017 | Publicado: 21 de agosto de 2017

Cita sugerida: Staduto, J. A. R., Alves Nascimento, C. y Souza, M. de (2017). Ocupações e Rendimentos de Mulheres e Homens nas Áreas Rurais no Nordeste do Brasil: uma análise para primeira década do século XXI. *Mundo Agrario*, 18(38), e056. <https://doi.org/10.24215/15155994e056>



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional
http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es_AR

Introdução

A partir da década de 1970 se intensificam as transformações oriundas do novo padrão tecnológico da agropecuária brasileira, as quais refletiram ao longo dos anos em várias dimensões no meio rural, tais como, na estrutura fundiária, no aumento da produção, expansão da fronteira agrícola, estrutura produtiva, mercado de trabalho, êxodo rural e outros (Graziano da Silva, 1981; Kageyama, 1987). Além disso, na década de 1990, um novo perfil do meio rural foi tomando contornos mais claros: a redução das ocupações em atividades agrícolas e, por outro lado, o aumento das ocupações nas atividades não agrícolas (Graziano da Silva, 2002). Esse *êxodo agrícola* pode ser explicado em parte pelo novo ciclo de inovações tecnológicas, no qual equipamentos agrícolas substituíam a habilidade humana na colheita de várias culturas tropicais, acarretando forte redução dos postos de trabalho agrícola (Staduto, Shikida e Bacha, 2004; Alves e Marra, 2009).

Camarano e Abramovay (1999), e Castro e Aquino (2008) destacam que nas últimas duas décadas a migração rural-urbano foi mais intensa entre jovens do sexo feminino, gerando uma relativa masculinização e envelhecimento da população do campo no Brasil. Esse fenômeno, porém, ainda não é generalizado em todos os países pobres ou em desenvolvimento, mas se encontra muito presente na América Latina (De Graff e Anker, 2004). A redução relativa das mulheres no meio rural é em grande parte influenciada pelos rígidos papéis de gênero², alicerçada na estrutura familiar fortemente patriarcal, no qual acarreta relações de poder desfavoráveis às mulheres no âmbito familiar³.

Staduto, Souza e Nascimento (2013) levantam a preocupação em relação ao desequilíbrio demográfico entre homens e mulheres rurais, porque pode acarretar prejuízos sociais em razão da desagregação familiar. Um aspecto pouco visível associado a esse fenômeno demográfico é o aumento do risco do processo de sucessão familiar⁴, consequentemente contribuindo para a redução do número de propriedades familiares. Esse fenômeno contribui potencialmente para gerar perdas econômicas para uma parcela importante do produto agropecuário⁵ que está associada à produção familiar, bem como para renda das famílias, pois muitos trabalhadores podem deixar de ser proprietários agrícolas. De acordo com Hoffman (2011, p.16) “não resta dúvida sobre a grande importância da área de terra do empreendimento como determinante do rendimento de pessoa ocupada na agricultura brasileira”⁶.

Nas áreas rurais do Nordeste estão os bolsões de pobreza mais críticos do Brasil, os quais, em 2011, representavam 26 % total da população residente no meio rural daquela região (Rocha, 2013) ⁷. Segundo Codes (2008, p. 24) a pobreza é um “fenômeno social complexo, portanto não se refere apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente”. Nesse cenário de pobreza a presença da mulher na família é importantíssima, porque ela tende alocar os recursos intrafamiliares favoráveis à educação e à saúde (Doss, 2013) e, também, tem contribuição para o desenvolvimento das comunidades rurais (Pereira, 2015; Quijano, 2015). A participação da mulher na vida familiar e sociedade rural apesar da sua pouca visibilidade e valorização são fundamentais para as atividades de reprodução e produção da agricultura familiar.

O desenvolvimento rural está associado às estratégias de sobrevivência familiares por meio da diversificação da renda (Kageyama, 2003) e dos modos de vida rurais (Ellis, 1998). A participação da mulher é fundamental dentro da estrutura familiar e para expressar o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais ao elevar, por exemplo, o nível de capital social, ativo intangível e fundamental para criar uma rota de desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento rural passa também pelo maior envolvimento e valorização das mulheres nas atividades rurais (Staduto, Shikida e Bacha, 2013).

No debate sobre o desenvolvimento do meio rural, tanto nos estudos empíricos como na construção e implantação das políticas públicas, está ganhando importância a questão de gênero, particularmente nos aspectos relacionados à participação das mulheres no âmbito produtivo e social, principalmente intrafamiliar (Ellis e Biggs, 2001). A análise da evolução das ocupações exercidas, assim como a identificação das fontes de renda, por mulheres e homens, agrega elementos ao debate sobre desenvolvimento das áreas rurais e oferece subsídios para as políticas públicas.

Esse trabalho tem por objetivo examinar o comportamento agregado das famílias rurais da região Nordeste do Brasil e, especialmente, a evolução dos contingentes de mulheres e homens quanto às formas de ocupações e fontes de renda na primeira década deste século, de 2002 a 2009. Nesta pesquisa as relações de gênero serão percebidas no exame do comportamento do conjunto das mulheres e homens a partir do diálogo com a bibliografia sobre o tema, considerando o ponto de vista de que estas relações afetam também o comportamento das famílias.

1. Procedimentos Metodológicos

A unidade de análise utilizada neste trabalho é a chamada família extensa. Uma tipologia foi construída a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A família extensa comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem sob o mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de trabalho, consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não monetários⁸.

Essa opção metodológica se deve a duas razões: a primeira é a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a um processo crescente de individualização da gestão da unidade de produção, mesmo naquelas regiões em que predominam pequenas explorações familiares; a segunda é que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para muitas áreas rurais.

Para a construção da tipologia de famílias foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, para os anos 2002 a 2009. A inserção na atividade econômica (agrícola e não agrícola) das mulheres e homens dos tipos de famílias rurais foi analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A pesquisa apresenta, portanto, como universo de análise diferentes tipos de famílias classificadas da seguinte forma:

1) Pela posição na ocupação dos membros da família (*empregador, conta-própria, assalariado*):

- a) *Famílias empregadoras*: se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como *empregadora*;
- b) *famílias conta-própria*: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria;
- c) *famílias assalariadas*: na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD.

2) Pelo ramo de atividade em que estão inseridos os membros da família (*agrícola, não agrícola, pluriativa*):

- a) *famílias agrícolas*: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, ou todos os membros exercerem atividades agropecuárias como ocupação principal;
- b) *famílias pluriativas*: pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico, ou exerce dupla atividade (principal e secundária) na semana de referência da pesquisa;
- c) *famílias não agrícolas*: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

Em relação à situação de domicílio (rural e urbano) Graziano da Silva (2002) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980, e também buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos

municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) Áreas Urbanas (Urbanizadas); 2) Áreas Urbanas Não Urbanizadas; 3) Áreas Urbanas Isoladas; 4) Áreas Rurais – Extensão Urbanas (critério de *contigüidade*); 5) Áreas Rurais – Povoados; 6) Áreas Rurais – Núcleo; 7) Áreas Rurais – Outros; 8) Áreas Rurais – Exclusive.

Para o objetivo do presente artigo analisaremos apenas as categorias que envolvem as áreas rurais dos agrupamentos de áreas 6 e 8. Portanto, apenas as famílias rurais residentes nas áreas não metropolitanas denominadas *rurais agropecuárias*, conforme metodologia aplicada por Graziano da Silva (2002). Para demonstrar a significância estatística da participação relativa das áreas rurais agropecuárias no total rural não metropolitano da região Nordeste, observe-se, na [Tabela 1](#), que 81,7 % do total de famílias rurais não metropolitanas da região Nordeste estavam abrigadas nas áreas rurais agropecuárias, em 2009. Observação semelhante vale para as famílias de não ocupados (80,7 % do total rural). Se considerarmos apenas as famílias agrícolas e pluriativas, esse percentual sobe para próximo de 90,0 % na maioria dos distintos tipos familiares. E, mesmo com percentuais comparativamente mais baixos, as famílias não agrícolas dos diferentes tipos familiares das áreas rurais agropecuárias também têm uma elevada participação nos respectivos totais familiares rurais.

Tabela 1: Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 2009. (1000 famílias)

TIPOS DE FAMÍLIAS	Não Metropolitano					Total Geral	% Agropec. s/Total Rural	% Agropec. s/Total Geral
	Urbano	Periferia	Povoado	Agropecuária	Total Rural			
Empregador com mais de 2 empreg.	173	1	5	8	14	186	54,8	4,0
Agricultora	2	0	0	2	2	4	100,0	47,1
Pluriativo	11	0	2	2	4	14	56,8	14,5
Não-agricola	160	1	3	4	8	168	43,5	2,1
					0	0		
Empregador com até 2 empreg.	244	2	10	77	89	333	86,6	23,1
Agricultora	8	0	4	39	43	51	90,9	76,4
Pluriativo	31	2	1	29	31	62	91,7	46,9
Não-agricola	205	0	5	9	15	220	63,3	4,2
					0	0		
Empregador total	417	3	15	84	102	519	82,4	16,3
Agricultora	10	0	4	41	45	55	91,3	74,3
Pluriativo	42	2	3	31	35	77	88,1	40,1
Não-agricola	365	1	9	13	23	388	56,2	3,3
					0	0		
Conta Própria	2.495	51	208	1.411	1.670	4.165	84,5	33,9
Agricultora	203	6	58	739	803	1.006	92,0	73,4
Pluriativo	349	8	80	490	578	927	84,8	52,9
Não-agricola	1.942	37	70	183	289	2.232	63,0	8,2
					0	0		
Empregados	3.712	69	227	1.096	1.392	5.104	78,7	21,5
Agricultora	242	6	92	618	716	958	86,3	64,5
Pluriativo	172	2	27	142	171	343	83,0	41,4
Não-agricola	3.299	61	108	336	505	3.804	66,5	8,8
					0	0		
Não Ocupados	1.369	30	128	659	817	2.186	80,7	30,2
					0	0		
TOTAL GERAL	7.993	153	578	3.251	3.982	11.975	81,7	27,1

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO.

Por fim, estimou-se um modelo de regressão log-linear contra o tempo para verificar se existe ou não uma tendência na evolução do número de famílias e de pessoas (homem e mulher), conforme proposição de Neder (2000)⁹:

$$Y_t = \varphi e^{\theta t}$$

Onde:

Y_t : o valor da estimativa da PNAD para o ano t

φ : um parâmetro a ser estimado da regressão

θ : um parâmetro a ser estimado da regressão

e : a base dos logaritmos naturais

t : o tempo (ano da PNAD; $t = 2002, 2003, \dots, 2009$)

Uma vez que esse modelo é não linear, para transformá-lo em um modelo de regressão linear aplica-se o logaritmo natural nos dois lados da expressão, obtendo-se o seguinte modelo log-linear:

$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t$ ou $Y'_t = \varphi' + \theta t$ (onde: $\ln Y_t = Y'_t$; $\ln \varphi = \varphi'$) (θ : estimativa do coeficiente de regressão)

A taxa de crescimento média *ao ano* estimada para o período em análise – ou seja, não apenas em um ponto do tempo – é igual a:

$$[(e^\theta - 1) \times 100]$$

Por fim, o teste t é utilizado para averiguar a significância do parâmetro θ , uma vez que pode ocorrer que o teste t para a hipótese de que $\theta = 0$ não seja significativo, o que implica em que, nesse caso ($\theta = 0$ ou $e^\theta = 1$), ao nível de significância adotado, deve-se concluir que os dados não permitem rejeitar a hipótese de que Y_t não tem tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada. Ocorrendo $\theta > 0$ ou $\theta < 0$, pode-se falar, então, em tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada (Hoffmann, 2000).

2. Análise da evolução dos diferentes tipos de famílias rurais nordestinas

Na [Tabela 2](#) é apresentada a distribuição e evolução dos contingentes dos diferentes tipos de famílias que residem nas áreas rurais agropecuárias não metropolitanas da região Nordeste, no período de 2002 a 2009. Conforme pode ser observado na [Tabela 2](#), a totalidade das famílias analisadas exibiu uma taxa de crescimento significativa¹⁰ de 2,2 % a.a. Note-se que, do ponto de vista dos tipos de famílias classificadas segundo a posição na ocupação, esse crescimento da totalidade das famílias deveu-se somente ao crescimento significativo das famílias de empregados (4,4 % a.a.) e de não ocupados (13,0 % a.a.), uma vez que as famílias de conta-próprias apresentaram queda significativa (1,9 % a.a.) e as famílias de empregadores mantiveram-se, do ponto de vista estatístico, estabilizadas. Nessa primeira década deste século inverte a tendência de crescimento das famílias pluriativas que Nascimento e Cardoso (2007) observaram para última década do século passado¹¹.

A [Tabela 2](#) revela também que entre as famílias classificadas segundo o ramo de atividade as que mais se destacaram em termos de crescimento significativo foram as famílias não agrícolas – de empregadores totais (10,3 % a.a.), de conta-próprias (9,1 % a.a.), e empregados (12,2 % a.a.). Somente entre as famílias de empregados é que se registrou crescimento significativo das famílias agrícolas (1,4 % a.a.) e pluriativas (4,6 % a.a.).

Tabela 2: Distribuição e evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tv.cresc. (%a.a.) 2002/2009*
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 emor	8	11	9	10	10	6	11	8	-2.1
Agricultora	1	2	3	3	2	2	3	2	-
Pluriativo	5	6	3	5	3	3	5	2	-
Não-agrícola	2	2	3	2	5	1	4	4	-
Empregadora com até 2 emor	81	89	100	97	98	77	106	77	-0.3
Agricultora	34	44	55	52	46	41	53	39	1.1
Pluriativo	43	41	43	43	48	31	47	29	-3.5
Não-agrícola	4	4	2	2	4	4	6	9	-
Empregadora Total	89	99	109	107	108	82	117	84	-0.4
Agricultora	35	46	58	55	48	43	56	41	1.3
Pluriativo	49	47	46	47	51	34	51	31	-4.1 *
Não-agrícola	6	6	5	5	9	5	10	13	10.3 **
Conta-Própria	1572	1589	1551	1513	1526	1398	1429	1411	-1.9 ***
Agricultora	902	871	886	771	833	688	722	739	-3.5 ***
Pluriativo	578	583	546	603	545	542	526	490	-2.1 ***
Não-agrícola	92	135	119	139	148	168	181	183	9.1 ***
Empregados	825	828	858	952	942	1058	1006	1096	4.4 ***
Agricultora	559	575	556	620	591	657	579	618	1.4 *
Pluriativo	104	98	112	122	114	134	122	142	4.6 ***
Não-agrícola	162	155	190	211	237	267	305	336	12.2 ***
Não-ocupado na semana	291	340	334	362	414	530	620	659	13.0 ***
TOTAL	2776	2857	2852	2934	2991	3068	3172	3251	2.2 ***

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

A dimensão desses resultados pode-se verificar na [Tabela 3](#), na qual as famílias de empregados elevaram sua participação relativa, passando de 29,7 %, em 2002, para 33,7 %, em 2009, o que corresponde a uma taxa média de crescimento significativo de 2,1 % a.a. Destacam-se as famílias de não ocupados, sendo as que mais ganharam participação relativa, praticamente dobrando, de 10,5 %, em 2002, para 20,3 %, em 2009, numa velocidade mais intensa (10,5 % a.a.). Vale destacar também na [Tabela 3](#) a redução significativa da participação das famílias de conta-próprias, da ordem de 4,0 % a.a., as quais são representantes legítimas da agricultura familiar.

Entre as famílias classificadas de acordo com o ramo de atividade, foram as famílias não agrícolas as únicas que cresceram, conforme observado anteriormente ([Tabelas 2](#)). Na [Tabela 4](#) pode-se ver o somatório dos tipos de famílias, agrícolas, pluriativas e não agrícolas, de todas as posições na ocupação. Observe-se que o único caso de crescimento significativo é o das famílias não agrícolas (10,9 % a.a.), esse tipo familiar dobra sua participação relativa no conjunto das famílias ocupadas, passando de 10,5 % para 20,5 %, no período analisado.

No caso das famílias agrícolas e pluriativas, ambas exibem trajetórias de decréscimo significativo e de perda de participação relativa ([Tabela 4](#)) – as famílias agrícolas perdem participação, caindo de 60,2 % para 53,9 %, e as pluriativas reduzem sua participação de 29,4 % para 25,6 % no mesmo período. Isso se reflete no conjunto da agricultura familiar, conforme as informações contidas na [Tabela 5](#). Observe-se nessa Tabela que tanto a agricultura familiar total experimentou uma redução significativa (2,8 % a.a.) quanto também os dois tipos familiares que a compõem, conforme o ramo de atividade, que registraram queda significativa de 3,3 % a.a e 2,2 % a.a. para as famílias agrícolas e pluriativas, respectivamente.

As famílias pluriativas são interpretadas por muitos autores como uma estratégia para viabilizar a agricultura familiar, ou simplesmente como reação a situações de pobreza rural (Sacco dos Anjos, 2001; Graziano da Silva, 2002; Schneider, 2003; Souza, 2004; Nascimento, 2005). A despeito da intensificação das políticas setoriais e transversais direcionadas aos produtores rurais familiares, estas políticas não estão sendo suficientes para manter estes trabalhadores como produtores rurais familiares na região Nordeste.

Tabela 3: Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas segundo a posição na ocupação e o local de domicílio: Nordeste, 2002/09. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tv cresc. (%aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,4	0,2	-4,3
Empregadora com até 2 empr	2,9	3,1	3,5	3,3	3,3	2,5	3,3	2,4	-2,5
Empregadora Total	3,2	3,5	3,8	3,6	3,6	2,7	3,7	2,6	-2,6
Conta-Própria	56,6	55,6	54,4	51,6	51,0	45,6	45,0	43,4	-4,0 ***
Empregados	29,7	29,0	30,1	32,5	31,5	34,5	31,7	33,7	2,1 ***
Não-ocupado na semana	10,5	11,9	11,7	12,3	13,9	17,3	19,5	20,3	10,5 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 4: Evolução absoluta e da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas segundo o ramo de atividade e o local de domicílio: Nordeste, 2002/09. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tv cresc. (%aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
EVOLUÇÃO ABSOLUTA									
Famílias Agrícolas	1496	1492	1500	1446	1472	1388	1357	1398	-1,4 ***
Famílias Pluriativas	730	727	704	772	710	710	699	662	-1,1 **
Famílias Não Agrícolas	260	297	314	355	394	440	496	531	10,9 ***
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)									
Famílias Agrícolas	60,2	59,3	59,6	56,2	57,1	54,7	53,2	53,9	-1,8 ***
Famílias Pluriativas	29,4	28,9	27,9	30,0	27,5	28,0	27,4	25,6	-1,6 ***
Famílias Não Agrícolas	10,5	11,8	12,5	13,8	15,3	17,3	19,4	20,5	10,4 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Os dados até aqui apresentados em relação às famílias rurais agropecuárias não agrícolas (conta-próprias e empregados) revelam a persistência da trajetória de crescimento significativo desses tipos familiares que, conforme pode ser confirmado em Nascimento (2009), já se registrava esse comportamento desde a década de 1990. Por outro lado, no que diz respeito às famílias da agricultura familiar (particularmente famílias de conta-próprias¹² agrícolas e pluriativas), diferentemente dos anos 1990, período no qual, segundo Nascimento (2009), houve estabilidade (sentido estatístico) da agricultura familiar nordestina; nos anos 2000, de acordo com o observado anteriormente, o universo da agricultura familiar residente nas áreas rurais agropecuárias nordestinas contraiu-se significativamente abrindo espaço para uma maior participação relativa das famílias não agrícolas.

Diferentemente dos anos 1990, também se pode observar que enquanto naquela década o contingente das famílias de empregados agrícolas diminui significativamente e o conjunto das famílias de empregados pluriativas manteve-se estabilizado (Nascimento, 2009), nos anos 2000 esses dois tipos familiares apresentaram trajetórias de crescimentos significativos (Tabela 2). A partir desse conjunto de informações pode-se inferir que a redução do contingente da agricultura familiar nordestina analisada pode ter implicado em uma conversão de parte desse contingente em famílias de empregados agrícolas e pluriativas, e parte principalmente em famílias não agrícolas

(conta-próprias e empregados) e/ou em famílias de não ocupados.

Tabela 5: Evolução dos tipos de famílias extensas da Agricultura Familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste, 2002/09. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx.cresc. (%a.a.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Agricultura Familiar A	77	85	98	95	94	73	100	68	-1,2
Agrícola	34	44	55	52	46	41	53	39	1,1
Pluriativo	43	41	43	43	48	31	47	29	-3,5
Agricultura Familiar B	1479	1454	1432	1374	1378	1230	1248	1229	-3,0 ***
Agrícola	902	871	886	771	833	688	722	739	-3,5 ***
Pluriativo	578	583	546	603	545	542	526	490	-2,1 ***
Agricultura Familiar Total	1557	1538	1530	1469	1472	1302	1348	1297	-2,8 ***
Agrícola	936	915	941	823	879	729	775	778	-3,3 ***
Pluriativo	621	623	589	646	593	573	572	518	-2,2 ***

Nota 1: Agricultura Familiar A: Famílias de empregadores com até dois empregados

Agricultura Familiar B: Famílias de conta-próprias

Nota 2: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

4. Análise da evolução da ocupação de homens e mulheres

Os resultados expostos no item anterior são reforçados pelos dados das Tabelas 6 a 9 apresentadas a seguir sobre as populações, segundo o sexo, ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas no interior dos distintos tipos familiares. As Tabelas 6 e 7 mostram homens e mulheres ocupados na atividade agrícola. Pode-se observar que em ambos os sexos a quantidade total reduziu-se significativamente nas áreas rurais e no período em análise: 3,6 % a.a. e 5,8 % a.a. para homens e mulheres, respectivamente. Em ambos os casos (homem e mulher) essa redução significativa da ocupação em atividades agrícolas é expressiva entre os dois tipos familiares de conta-própria (famílias agrícolas e pluriativas,). Entre as famílias de empregados agrícolas as mulheres reduziram significativamente sua participação em atividades agrícolas, enquanto os homens não registraram, do ponto de vista estatístico, nenhuma tendência, seja de queda ou de elevação. Por outro lado, entre as famílias de empregados pluriativas tanto mulheres quanto homens passaram a se ocupar mais em atividades agrícolas no período analisado.

De acordo com Silva Jr. (2006) o fato de o indivíduo ser homem reduz a probabilidade de ser pobre na área rural da região Nordeste. Couto (2014) encontrou resultado similar para o Brasil, no qual a probabilidade do homem ocupado na atividade agrícola residente na área rural ser pobre é menor em relação ao da mulher. A pobreza tem sexo e a mudança do setor de atividade, ou seja, do setor agrícola para a atividade não agrícola parece contribuir para reduzir a pobreza deste grupo populacional, refletindo acelerada redução das mulheres nas atividades agrícolas. As Tabelas 6 e 7 mostram que a redução total das mulheres ocupadas nas atividades agrícolas é mais intensa do que a dos homens.

Em sentido contrário ao desengajamento das atividades agrícolas, pode-se ver nas Tabelas 8 e 9 que os homens e as mulheres residentes nas áreas rurais agropecuárias nordestinas passaram a se ocupar cada vez mais em atividades não agrícolas, a taxas anuais médias de 7,1 % e 2,9 % respectivamente, nos anos 2000 – notadamente entre as famílias de contas-próprias e as famílias de empregados, destacando-se que no caso das famílias conta-

próprias pluriativas houve estabilidade e decréscimo para os homens e mulheres, respectivamente¹³.

As famílias de contas-próprias nas ocupações não agrícolas, tanto para homens como mulheres, tiveram importante crescimento e lideram a participação nas atividades não agrícolas. Trata-se de um dado importante porque estas famílias estritamente não são agricultores, residem no meio rural e nenhum de seus membros está ocupado no setor agropecuário.

Tabela 6: Evolução do número de *homens* ocupados em atividades agrícolas, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009. (1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (%aa) 2002/2009*
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	9	12	7	10	5	4	7	5	-9,5 **
Agricultora	1	2	4	4	3	1	4	2	--
Pluriativo	8	9	2	6	2	3	4	3	--
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregadora com até 2 empr	106	120	140	135	135	98	121	79	-3,6
Agricultora	44	52	71	66	56	49	58	46	-0,6
Pluriativo	62	68	69	69	79	49	65	33	-6,4 *
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregadora Total	115	131	146	145	140	102	128	84	-4,0 *
Agricultora	45	54	75	70	59	50	60	49	-0,4
Pluriativo	70	77	71	75	81	52	69	35	-7,1 **
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Conta-Própria	2340	2289	2179	2110	1999	1723	1680	1701	-5,3 ***
Agricultora	1367	1305	1311	1107	1151	927	922	956	-6,0 ***
Pluriativo	973	984	868	1003	848	796	758	745	-4,2 ***
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregados	840	839	797	917	842	941	795	874	0,5
Agricultora	725	717	676	769	712	799	675	723	0,1
Pluriativo	115	122	121	148	130	142	121	150	2,7 *
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
TOTAL	3294	3259	3122	3171	2981	2766	2603	2659	-3,6 ***

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 7: Evolução do número de *mulheres* ocupadas em atividades agrícolas, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009. (1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (%aa) 2002/2009*
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	1	2	4	2	4	1	1	2	--
Agricultora	0	1	3	2	0	1	1	1	--
Pluriativo	1	1	1	0	3	1	0	1	--
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregadora com até 2 empr	31	38	50	48	37	27	36	22	-5,3
Agricultora	16	21	36	32	20	21	19	16	-2,8
Pluriativo	15	16	13	16	17	6	17	6	-9,7 *
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregadora Total	32	40	53	50	41	28	37	24	-5,1
Agricultora	16	22	39	34	20	21	20	17	-2,7
Pluriativo	16	17	14	16	20	7	17	7	-8,8 *
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Conta-Própria	862	835	852	786	719	604	609	566	-6,5 ***
Agricultora	565	529	573	481	469	365	375	359	-7,2 ***
Pluriativo	297	306	279	305	250	239	234	208	-5,2 ***
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Empregados	163	162	144	158	137	169	128	132	-2,8 **
Agricultora	147	144	123	137	114	147	105	109	-3,9 **
Pluriativo	16	18	21	21	23	22	23	23	4,7 ***
Não-agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
TOTAL	1057	1037	1049	985	897	801	774	727	-5,8 ***

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 8: Evolução do número de homens ocupados em atividades não agrícolas, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009 (1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa) 2002/2009*
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empreg	4	7	6	8	7	2	6	6	-
Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Pluriativo	1	4	1	4	1	1	3	1	-
Não-agrícola	3	3	5	4	6	1	4	5	-
Empregadora com até 2 empreg	15	10	15	19	14	13	22	17	5,4 *
Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Pluriativo	12	5	12	16	8	9	13	6	-1,2
Não-agrícola	3	5	3	3	6	4	9	11	18,0 ***
Empregadora Total	19	17	21	27	21	15	29	23	3,4
Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Pluriativo	13	9	13	20	9	10	16	7	-3,0
Não-agrícola	6	8	8	7	12	5	13	16	9,9 *
Conta-Própria	241	253	261	305	309	325	357	327	5,5 ***
Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Pluriativo	145	109	126	157	147	156	160	135	2,4
Não-agrícola	96	144	134	148	163	169	196	191	8,9 ***
Empregados	203	170	209	239	256	294	314	328	9,3 ***
Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Pluriativo	51	41	48	57	52	62	59	59	4,2 ***
Não-agrícola	153	129	160	181	204	233	255	269	10,8 ***
TOTAL	463	440	490	521	586	634	699	678	7,1 ***

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

As Tabelas 6, 7, 8 e 9 também revelam que o número total de mulheres ocupadas no rural nordestino do Brasil é muito menor que dos homens. Em 2009 existiam 3.337 mil homens ocupados e, em contrapartida, existiam 1.369 mil mulheres ocupadas, o que representava apenas 29 % do total. De acordo com Nascimento, Souza e Staduto (2015) na região Sul este valor é um pouco superior, 41 %, de qualquer maneira para ambas as regiões o risco de desintegração familiar é altíssimo e de criar vazios populacionais, sendo que esta situação é mais grave para o Nordeste.

De acordo com Alves, Souza e Marra (2011) e Alves, Souza e Rocha (2013, p. 75), o Censo Agropecuário de 2006 mostrava que 47 % da população rural brasileira residia no Nordeste, revelando que ainda tem potencial de perda populacional, comparado com as demais regiões do Brasil que tem um número menor de pessoas vivendo nas áreas rurais. A população rural tende a migrar para cidades caso as políticas públicas não tornem a própria agricultura uma solução para o problema de pobreza, porém deve atuar em conjunto com as políticas de transferência de renda, quando a produção agrícola não for economicamente viável (Rocha, 1989, Alves, Souza e Rocha, 2013).

Tabela 9: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não agrícolas, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009. (1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx.cresc. (% aa.1. 2002/2009)
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empreg	5	9	3	7	4	2	4	3	--
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Pluriativo	4	6	1	3	1	2	3	1	--
Não-agrícola	1	3	2	4	2	1	2	3	--
Empregadora com até 2 empreg	27	19	29	25	23	25	26	24	0.1
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Pluriativo	23	19	27	23	22	23	24	19	-0.9
Não-agrícola	4	0	2	1	1	2	2	4	--
Empregadora Total	32	29	32	32	27	27	30	27	-1.9 *
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Pluriativo	27	25	28	26	23	25	26	20	-2.9 **
Não-agrícola	5	3	4	5	4	3	4	7	--
Conta-Própria	341	323	324	369	344	356	332	351	0.7
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Pluriativo	282	251	259	292	258	256	236	246	-1.7 *
Não-agrícola	59	72	65	77	85	99	96	105	8.6 ***
Empregados	146	159	169	188	168	217	208	270	7.8 ***
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Pluriativo	71	81	88	93	73	98	83	100	3.1 *
Não-agrícola	75	78	81	95	96	119	125	169	11.7 ***
TOTAL	519	511	525	588	539	600	571	647	2.9 ***

Nota: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5 %, 10 % e 20 %.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

A literatura aponta algumas razões que conduzem a esse processo demográfico de redução da população rural e especialmente a feminina no Brasil, as quais transcendem os aspectos exclusivamente econômicos, e, também, estão associadas ao comportamento assimétrico das relações de gênero que são construídos no âmbito do espaço privado e público das famílias. Pode-se citar a desvalorização das atividades que as mulheres desempenham na agricultura familiar (Brumer, 2006), a qual gera grande invisibilidade, e está associada à dificuldade em distinguir entre as atividades de produção e reprodução (Abramovay e Silva 2000), por exemplo, a produção para autoconsumo é uma importante renda indireta, mas é vista como extensão da atividade doméstica não remunerada. As atribuições consideradas femininas limitam o tempo das mulheres destinado às atividades agrícolas comerciais, além disso, na divisão das tarefas há pouco espaço reservado para as mulheres realizarem atividades com remuneração direta, sendo que sua participação na produção é vista apenas como auxiliar (Lombardi, 2006; Brumer, 2006).

Os contratos sociais privilegiam os homens na transmissão da herança, bem como na direção da propriedade rural em relação às mulheres, potencialmente desestimulando-as a permanecerem na propriedade rural (Deere e León, 2002; Mello, et al., 2003; Spanevello, 2008). Por sua vez, está fortemente associado ao processo sucessório que reflete as várias “trajetórias e destinos de seus membros, e será fundamental para a construção do herdeiro e do migrante” (Galizoni, 2000, p. 8). Considerando o reduzido número de mulheres ocupadas nas áreas rurais em relação aos homens, observa-se, portanto, que vêm sendo colocadas majoritariamente na trajetória da migração. Além disso, de um lado, o árduo trabalho das tarefas agrícolas não é favorável à permanência das mulheres no meio rural (Paulilo, 1986); por outro lado, a maior oportunidade de as mulheres encontrarem emprego nos centros urbanos, principalmente no setor de serviços, em razão da forte segregação por sexo que favorece a empregabilidade, contribuindo para o afastamento das mulheres dos trabalhos rurais (Camarano e Abramovay, 1999; DeGraff e Anker, 2004).

5. A participação relativa das mulheres na composição da renda familiar

Note-se, na Tabela 10, que a renda média das famílias ocupadas nas atividades agrícolas é menor em relação aos demais tipos de ocupação, e, também, pode-se destacar que a renda das famílias com mais de dois empregados é muito superior aos demais tipos de famílias e, principalmente, das famílias de conta própria. Por exemplo, a renda

média das famílias de contra própria para os ramos de atividades agrícolas, pluriativa e não agrícola corresponde, respectivamente, 30 %, 36 % e 21 % da renda média do total das famílias empregadoras. Esses valores seriam mais expressivos caso fosse comparado exclusivamente em relação às famílias empregadoras com mais de dois empregados.

Em relação à participação de homens e mulheres na formação da renda média familiar de cada um dos tipos familiares analisados, as Tabelas 10 e 11 revelam a menor participação relativa das mulheres na composição das rendas médias familiares, tanto entre as rendas médias somente do trabalho (rendas agrícolas e não agrícolas) quanto no conjunto de todas as fontes de renda familiar (do trabalho e do não trabalho: aposentadorias e pensões e outras). Entretanto, comparando a Tabela 10 com a Tabela 11, observam-se as menores participações relativas das mulheres na composição das rendas médias familiares quando se considera apenas as rendas do trabalho (Tabela 10). As mulheres participam com apenas 20,1 % da formação da renda média (R\$489,07) do total geral das famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias nordestinas. Contudo, ao se considerar todas as fontes de renda (do trabalho e do não trabalho), conforme a Tabela 11, a participação relativa das mulheres na composição da renda média (R\$849,72) aumenta para 37,6 %.

Observações muito semelhantes podem ser extraídas das Tabelas 10 e 11 quando se verificam as composições das rendas médias dos diferentes tipos familiares, verifica-se praticamente que em todos os tipos de famílias a participação relativa das mulheres na formação da renda média familiar é bem menor do que a participação relativa dos homens. Entretanto, a participação se eleva quando se considera as demais fontes de renda (aposentadorias e pensões e outras) além das fontes do trabalho (agrícolas e não agrícolas). E não há distinções muito expressivas, em tais observações, entre famílias de conta-próprias e famílias de empregados.

Para as mulheres, a principal fonte de renda são as aposentadorias e pensões, e corresponde em média 16,8 % do total da renda familiar, e para elas a renda não agrícola é a segunda fonte mais importante (9,5 %), e a renda agrícola é pouco expressiva, o que está de acordo com as observações já realizadas por Delgado e Cardoso (2000) sobre o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas das transferências sociais no meio rural.

Na Constituição de 1988, e regulamentado pelas Leis nº 8.212 e nº 8.213 de 1991, a idade para obter a aposentaria das mulheres rurais foi reduzida para 55 anos; já os homens se aposentam a partir de 60 anos (Brumer, 2002; Heredia, Cintrão, 2006; Kreter e Staduto, 2013). Anteriormente à Constituição de 1988 havia uma grande assimetria de direitos entre homens e mulheres. Por exemplo, Kreter e Bacha (2006) relatam que existia aposentadoria por idade para a trabalhadora rural, mas as mulheres perdiam este direito de se aposentar a partir do momento que passavam a viver maritalmente com seu cônjuge, pois o benefício era apenas concedido ao chefe da família. A partir de 1991 foram aumentados os direitos das mulheres trabalhadoras na agricultura familiar. Neste novo cenário elas puderam aposentar por idade como trabalhadoras rurais por meio da comprovação do exercício da atividade rural, mesmo de forma descontínua.

Dois fatores podem contribuir para maior participação das mulheres nas rendas oriundas de aposentadorias e pensões em relação aos homens, de acordo com Staduto, Souza e Nascimento (2013), a maior longevidade das mulheres e a aposentadoria mais precoce podem resultar em uma maior participação das mulheres. Apesar deste dado favorável para as mulheres, a comprovação de trabalhar no setor agropecuário ainda é uma importante barreira para que todas as mulheres tenham este direito plenamente exercido (Kreter e Staduto, 2013).

A composição da renda média familiar segundo o gênero revela do ponto de vista do desenvolvimento rural, dois aspectos importantes: i) as mulheres precisam ser mais valorizadas em termos das rendas do trabalho, e ii) as transferências governamentais de renda devem ser cada vez mais direcionadas para as mulheres.

Tabela 10: Composição das Rendas Médias (do Trabalho) dos tipos de famílias extensas: Nordeste, 2009. (R\$ em setembro de 2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	HOMEM		MULHER		2009 R\$
	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	
	%	%	%	%	
Não Metropolitano Rural Agropecuário	52,7	27,2	3,6	16,5	489,07
Empregadora com mais de 2 empr	48,8	37,0	1,8	12,4	6.546,61
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	1.261,51
Pluriativo	90,5	3,5	3,6	2,3	10.315,15
Não-agrícola	0,0	75,8	0,0	24,2	6.501,26
Empregadora com até 2 empr	54,4	31,4	2,9	11,3	1.273,87
Agrícola	96,7	0,0	3,3	0,0	972,31
Pluriativo	50,1	25,2	4,0	20,7	1.382,05
Não-agrícola	0,0	92,3	0,0	7,7	1.805,43
Empregadora Total	52,3	33,5	2,5	11,7	1.837,37
Agrícola	97,0	0,0	3,0	0,0	989,32
Pluriativo	66,0	16,7	3,8	13,5	2.096,54
Não-agrícola	0,0	82,8	0,0	17,2	3.080,89
Conta-Própria	56,5	21,6	4,3	17,6	522,88
Agrícola	93,6	0,0	6,4	0,0	293,72
Pluriativo	53,2	18,3	4,3	24,2	755,93
Não-agrícola	0,0	76,3	0,0	23,7	649,99
Empregados	48,0	32,7	3,0	16,3	576,74
Agrícola	93,9	0,0	6,1	0,0	413,40
Pluriativo	49,3	27,7	2,6	20,4	854,00
Não-agrícola	0,0	69,6	0,0	30,4	715,47

Nota: exclusive as famílias com renda zero e os tipos de família com menos de 6 observações na amostra. Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Tabela 11: Composição das Rendas Médias (de todas as fontes) dos tipos de famílias extensas: Nordeste, 2009. (R\$ setembro de 2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	HOMEM				MULHER				2009 R\$
	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	APOSEN/ EPCBÃO	OUTRA FORTE	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	APOSEN/ EPCBÃO	OUTRA FORTE	
	%	%	%	%	%	%	%	%	
Não Metropolitano Rural Agropecuário	30,3	15,6	14,3	2,2	2,1	9,5	16,8	9,2	849,72
Empregadora com mais de 2 empr	43,9	33,2	3,3	2,1	1,6	11,1	4,0	0,8	7.284,86
Agrícola	94,0	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.341,38
Pluriativo	85,9	3,3	1,5	1,5	3,4	2,2	2,1	0,0	10.877,21
Não-agrícola	0,0	64,3	4,8	2,7	0,0	20,5	6,1	1,6	7.665,30
Empregadora com até 2 empr	41,3	28,9	8,4	0,0	2,2	8,6	12,3	3,3	1.677,25
Agrícola	63,7	0,0	14,3	0,0	2,2	0,0	17,3	2,5	1.476,74
Pluriativo	40,0	20,1	6,3	0,1	3,2	16,5	10,9	2,9	1.732,77
Não-agrícola	0,0	80,2	1,4	0,0	0,0	6,7	5,7	6,0	2.077,69
Empregadora Total	42,2	27,1	6,6	0,7	2,0	9,5	9,5	2,5	2.276,52
Agrícola	65,3	0,0	13,9	0,0	2,0	0,0	16,4	2,4	1.468,77
Pluriativo	56,2	14,2	4,7	0,6	3,3	11,5	7,8	1,9	2.464,16
Não-agrícola	0,0	71,0	3,4	1,6	0,0	14,7	5,9	3,5	3.395,37
Conta-Própria	33,5	12,8	13,5	2,4	2,5	10,4	15,4	9,4	882,82
Agrícola	40,3	0,0	20,6	2,4	2,8	0,0	21,7	12,2	682,74
Pluriativo	36,6	12,6	9,5	2,3	3,0	16,6	11,6	7,8	1.099,88
Não-agrícola	0,0	52,4	8,4	2,8	0,0	16,3	12,1	8,0	945,18
Empregados	33,6	22,9	8,3	1,5	2,1	11,4	11,0	9,2	824,29
Agrícola	60,3	0,0	9,0	2,5	3,9	0,0	12,2	12,1	644,01
Pluriativo	38,7	21,8	4,9	0,8	2,1	16,0	8,1	7,6	1.087,85
Não-agrícola	0,0	49,7	9,4	0,8	0,0	21,8	11,4	6,9	1.000,67
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	40,4	3,8	0,0	0,0	43,8	12,0	586,76

Nota: exclusive as famílias com renda zero e os tipos de família com menos de 6 observações na amostra. Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Considerações finais

Este trabalho examinou as formas de ocupações e fontes de renda de mulheres e homens das famílias das áreas rurais agropecuárias da região Nordeste do Brasil, no período de 2002 a 2009. Especificamente procurou verificar

a atividade das mulheres em vários tipos de famílias (agrícola, pluriativa e não agrícola) segundo a posição na ocupação (empregador, conta-própria e empregado). Considerou-se um contexto de mudanças nas ocupações rurais e no perfil da migração rural-urbano que, segundo a literatura, é mais intensa entre jovens do sexo feminino, gerando relativa masculinização e envelhecimento da população do campo.

As análises realizadas ao longo do trabalho permitiram apresentar quatro conclusões. A primeira conclusão foi que reduziu o total das famílias da agricultura familiar – mas o total geral de famílias cresceu –, as quais foram lideradas pelas famílias de empregados e não ocupadas. Houve para a agricultura familiar uma relativa reversão do crescimento do número de famílias rurais nordestinas em relação à década 1990, isto é, no período de 2002 a 2009. As políticas públicas transversais para a agricultura familiar não foram suficientes para estancar a redução do número das famílias de conta-própria, que se aproxima do conceito de agricultura familiar.

A segunda conclusão é que a redução das ocupações agrícolas afeta mais intensamente as mulheres. De acordo com a literatura, as disposições sociais vigentes no meio rural contribuem para as mulheres migrarem para as cidades. Nas áreas rurais existem várias barreiras para a maior participação nas atividades econômicas e, conseqüentemente, criam dificuldades no cotidiano das mulheres agricultoras: tanto do ponto de vista de suas vidas pessoais, enquanto membro do núcleo familiar, quanto do ponto de vista produtivo, enquanto agentes econômicos com pouca visibilidade e reconhecimento de sua contribuição para o produto, pois tende a ser subestimada no total da renda familiar. A ocupação não agrícola para as famílias de contas-próprias (agricultura familiar) e de empregados está tornando-se grande ‘refúgio’ ocupacional para as mulheres gerarem e obterem renda morando no meio rural, desta forma, elas estão distantes do espaço laboral masculino, o que pode contribuir para reduzir a predisposição de as mulheres migrarem para a cidade. Contudo, a taxa de crescimento de homens em atividades não agrícolas é também superior ao das mulheres.

A terceira conclusão é que os homens ainda são os maiores responsáveis pela formação da renda familiar, tanto do ponto de vista das fontes de renda do trabalho, como das outras fontes de renda, exceto aposentadoria e pensões. Por outro lado, as transferências governamentais – aposentadorias e pensões – são as principais fontes de renda das mulheres.

A quarta conclusão é sobre o risco relativo que a agricultura familiar se encontra devido à composição demográfica ser desfavorável em termo de número de mulheres. Portanto, essa situação pode ter conseqüências diretas sobre a reprodução social do próprio núcleo familiar, e, também, pode acarretar implicações para a viabilidade econômica destas famílias.

Notas

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”.

³ Ver mais detalhes sobre a literatura que debate esse tema em Staduto, Souza e Nascimento (2013)

⁴ Ver mais detalhes Spanevello (2008), Spanevello, *et al.* (2011), Weisheimer (2005) e Kischener, Kiyota e Perondi (2015).

⁵ Ver mais detalhes sobre a participação desses produtores familiares na produção agropecuária em Guilhoto, Azzoni e Ichiara (2014).

⁶ Neste mesmo sentido, Feijó (2010) mostrou que o fato de ser proprietário aumenta o rendimento das pessoas ocupadas na agricultura brasileira.

[7](#) Quintela, Alves e Silva (2013) apontam que entre 2000 e 2010, a intensidade da pobreza aumentou; no entanto, reduziu a sua incidência, ou seja, o percentual de pessoas pobres.

[8](#) Ver mais detalhes metodológicos em Nascimento (2005).

[9](#) O modelo de regressão log-linear, de acordo com Neder (2000), é utilizado para a determinação de taxas de crescimento *ao longo do tempo* e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal, de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar à subestimação ou superestimação da taxa de crescimento. Para obter maiores detalhes, com exemplos empíricos, de tal técnica estatística, ver Gujarati (2006) e Hoffmann (2000).

[10](#) O qualificativo *significativo* concerne ao teste estatístico feito para verificar se a evolução dos dados (número de famílias) apresenta alguma tendência, de crescimento ou de queda. Dessa forma, sempre que for usado doravante esse qualificativo (representado pelos asteriscos que acompanham algumas taxas nas tabelas) a intenção será a de mostrar que os dados apresentam certa tendência estatística, de modo que nos casos em que as taxas de crescimento das tabelas não estiverem acompanhadas de asteriscos significará que as mesmas não são estatisticamente significativas e, portanto, não representam nenhuma tendência – o que poderá ser traduzido, por conseguinte, como uma estabilidade na evolução dos dados.

[11](#) Nascimento, Souza e Nascimento (2015) haviam mostrado que, no Sul do país, houve estabilização do número dessas famílias.

[12](#) A partir da [Tabela 4](#) pode-se conferir que as famílias de conta-próprias (agrícolas + pluriativas) correspondem a 92,6 % do universo da agricultura familiar analisada.

[13](#) Na região Sul o comportamento é diferente, sendo que as mulheres apresentam crescimento médio muito superior ao dos homens nas atividades não agrícolas de acordo com Nascimento, Souza e Nascimento (2015), e é apontado por estes autores como um “refúgio” ocupacional para as mulheres moradoras nas zonas rurais.

Referências

- Abramovay, M. & Silva, R. (2000). As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). Em M. I. B. da ROCHA (ed.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 13-58) São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.
- Alves, E & Marra, R. (2009). A persistente migração rural-urbano. *Revista de Política Agrícola*, 18(4), 5-17.
- Alves, E., Souza, G.S. & Marra, R. (2011). Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, 20(2), 5-22.
- Alves, E., Souza, G. S., Rocha, D. P. (2013). Desigualdade nos campos na ótica do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Política Agrícola*, 22(2), 67-75.
- Brumer, A. (2002). Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, 7, 50-81.
- Brumer, A. (2006). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. Em *VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*. Anais. Quito, Equador: ALASRU.
- Camarano, A. A. & Abramovay, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Brasília: IPEA. (texto para discussão, 621).
- Castro, J. A. & Aquino, L. (2008). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA. (texto para discussão, 1335).

- Codes, A. L. M. D. (2008). *A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: IPEA. (textos para discussão, 1332).
- Couto, A.C. (2014). *Pobreza entre os ocupados agrícolas no Brasil: uma análise de suas características e principais determinantes: 2004-2012*. (tese de doutorado) Maringá: UEM.
- Deere, C. & León, M. (2002). *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS.
- DeGraff, D. S.; Anker, R. (2004). Gênero, mercado de trabalho e o trabalho das mulheres. Em A. Pinnelli (org.), *Gênero nos estudos populacionais*. Campinas, ABEP. (série demográficas, 2).
- Doss, C. (2013). Intrahousehold bargaining and allocation in developing countries. *The World Bank Research Observer*, 28(1), 52-78.
- Delgado, G. & Cardoso Jr., J. (2000). *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região Sul do Brasil*. Brasília: IPEA.
- Ellis, F. (1998). Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, 35(1), 1-38.
- Ellis, F. & Biggs, S. (2001). Evolving themes in rural development 1950s-2000s *Development Policy Review*, 19(4), 437-448.
- Feijó, R. (2010). Efeito do título de propriedade da terra na determinação da renda rural. *Revista Economia e Sociologia Rural*, 48(4), 935-969.
- Galizoni, (2000). F. M. Migrações e rede familiares no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Em *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2000. Anais. Rio de Janeiro: ABEP.
- Guilhoto, J. J. M., Azzoni, C. R. & Ichiara, S.M. (2014). Contribuições da agricultura e do agronegócio familiar para o PIB do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, 45, 136-152.
- Graziano da Silva, J. (1981). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Graziano da Silva, J. (2002). *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP/IE, (coleção pesquisas, 1).
- Gujarati, D. N. (2006). *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Heredia, B & Cintrão, R. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Em *O progresso das mulheres no Brasil* (pp. 102-131) Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA.
- Hoffmann, R. (2011). Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 20(2), 5-22.
- Hoffmann, R. (2000). Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs. Em C. Campanhola & J. Graziano da Silva (orgs.), *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. [pp. 137-155] Jaguariúna: EMBRAPA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010)
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuas_abreviadas_mortalidade/2010/default.shtm. [acesso em 12/12/13].
- INSTRAW/ONU. (1995). *Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento; uma abordagem básica*. DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.
- Kageyama, A. (Coord) (1987). *O novo padrão agrícola brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP.

- Kageyama, A. (2003) Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. *Revista Economia e Sociedade*, 12(1), 65-86.
- Kischener, M., Kiyota, N. & Perondi, M. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrario*, 16(33)
- Kreter, A. & Bacha, C. (2006). Avaliação da equidade da previdência no meio rural brasileiro. *Revista de Sociologia e Economia Rural*, 40(3), 467-502.
- Kreter, A. (2015). Previdência rural social e gênero. Em J. A. R. Staduto, M. Souza & C. A. Nascimento (2015), *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas* (pp. 212-343). Porto Alegre: Editora da UFRGS,. (séries rurais).
- Lombardi, S. P. M. (2006). *Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da CRABI – PR.* (dissertação de mestrado), UNIOESTE, Toledo, Brasil
- Mello, M. de, Abramovay, R., Silvestro, M., Dorigon, C., Ferrari, D. & Testa, V. (2003). Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, 50(1), 11-24.
- Nascimento, C. A. (2005). *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas.* (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Nascimento, C. A.; Cardoso, S. A. (2007). Redes urbanas regionais e a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, 1992-1999 e 2001-2005. *Revista Econômica do Nordeste*, 38(4), 637-658.
- Nascimento, C. A. (2009). A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. *Economia e Sociedade*, 18(36), 317-348.
- Nascimento, C. A.; Souza, M. & Staduto, J. A. R. (2015). Análise regional das formas de ocupações e dos rendimentos das mulheres e homens nas áreas rurais do Sul do Brasil na primeira década do século XX. Em J. A. R. Staduto, Souza, M. & Nascimento, C. A. *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas* (pp. 97-122). Porto Alegre: Editora da UFRGS,. (Séries Rurais).
- Neder, H. A utilização estatística das informações das Pnads: testes de hipóteses e reamostragem. Em C. Campanhola & J. Graziano da Silva (orgs.) (2000). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional* (pp. 101-136) Jaguariúna: Embrapa.
- Paulilo, M.I.S. (1986). O peso do trabalho leve. Em E. Grassi (Comp.), *La antropologia social y los estudios de la mujer* (pp. 135-148) Buenos Aires: Humanitas.
- Quintela, M. D., Alves, J. E. D. & Silva, D. B. N. (2013). A pobreza no nordeste brasileiro em 2000 e 2010: uma aplicação do índice de pobreza multidimensional PNUD/ONU. Em *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2013. Anais, Foz do Iguaçu: ABER.
- Rocha, S. (1998). Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização. *Economia e Sociedade*, 10, 193-211.
- Rocha, S. (2013). Pobreza no Brasil – a evolução de longo prazo (1970-2011). Em Fórum Nacional – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Rio de Janeiro, RJ. <http://www.inae.org.br/estudo/pobreza-no-brasil-a-evolucao-de-longo-prazo-1970-2011/> [acesso em 02/05/2016]
- Sacco dos Anjos, F. (2001). Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 17, 55–77.
- Scneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar.* Porto Alegre: UFRG.
- Souza, M. (2004). Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Paraná: 1992-1999. *Revista Ensaios FEE*, 25(2), 523-543.

Silva Jr., L. H. (2006). *Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos de 1990*. Brasília: BNDES. (28º prêmio BNDES de economia).

Pereira, R. S. (2015). Abordagem teórica sobre a questão de desenvolvimento de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistência ao planejamento de gênero. Em J. A. R. Staduto, M. Souza & C. A. Nascimento, *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas* (pp. 17-42). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Quijano, M. A. F. (2015). Alguns abordajes teóricas para el análisis del desarrollo rural con una perspectiva de género. Em J. A. R. Staduto, M. Souza & C. A. Nascimento, *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas* (pp. 43-68). Porto Alegre: Editora da UFRGS,. (séries rurais).

Staduto, J. A. R., Shikida, P. F. A. & Bacha, C. J. C. (2004). Alteração na composição da mão-de-obra assalariado na agropecuária brasileira. *Agricultura em São Paulo*, 51(2), 57-70.

Staduto, J. A. R., Nascimento, C. A. & Souza, M. (2013). Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. *Cuardenos de Desarrollo Rural*, 10, 91-115.

Spanevello, R. M. *et al.* (2011). A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, 45(2), 291-304.

Spanevello, R. M. A (2008). A situação na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. Em *Fazendo Gênero 8, Corpo, violência e poder*. Anais. UFSC: Florianópolis.

Weisheimer, N. (2005). *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.